

FÓRUM

ESG OPÔVO

FORTALEZA - CEARÁ
23 DE JUNHO DE 2025

**CLIMA,
CRESCIMENTO
E JUSTIÇA**

COP30 EVIDENCIAM A URGÊNCIA DE UM
DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL QUE INCLUA
PESSOAS, CIDADES E ATIVIDADES ECONÔMICAS

EDITORIAL

O Brasil caminha para ocupar um dos papéis centrais na agenda climática global com a realização da COP30, em 2025, em Belém, no Pará. Não se trata apenas de sediar um evento, é uma oportunidade histórica de repositionar o país como líder na transição ecológica, valorizando sua biodiversidade, sua capacidade de inovação e, acima de tudo, sua responsabilidade socioambiental.

Vivemos um novo tempo da sustentabilidade. O conceito deixou de ser um apêndice da comunicação institucional para se tornar estratégia de negócios, critério de investimento e demanda do consumidor. Da indústria ao varejo, do campo ao centro urbano, da produção à prateleira, há uma mudança em curso. A agenda ESG (ambiental, social e de governança) vem sendo traduzida em práticas reais, métricas exigidas e compromissos assumidos.

O II Fórum ESG **O POVO** debate tudo isso, em sua segunda edição, com a presença de especialistas, lideranças e agentes de transformação que estão construindo, na prática, o Brasil do futuro. Convidamos você, leitor, a mergulhar neste caderno especial, que reúne reflexões, exemplos inspiradores e caminhos possíveis para um desenvolvimento mais justo, regenerativo e comprometido com as próximas gerações. Boa leitura!

Carol Kossling



APOIO:

FORTALEZA
PREFEITURA
SESI/SENAI/IEL

EXPEDIENTE

EMPRESA JORNALÍSTICA O POVO

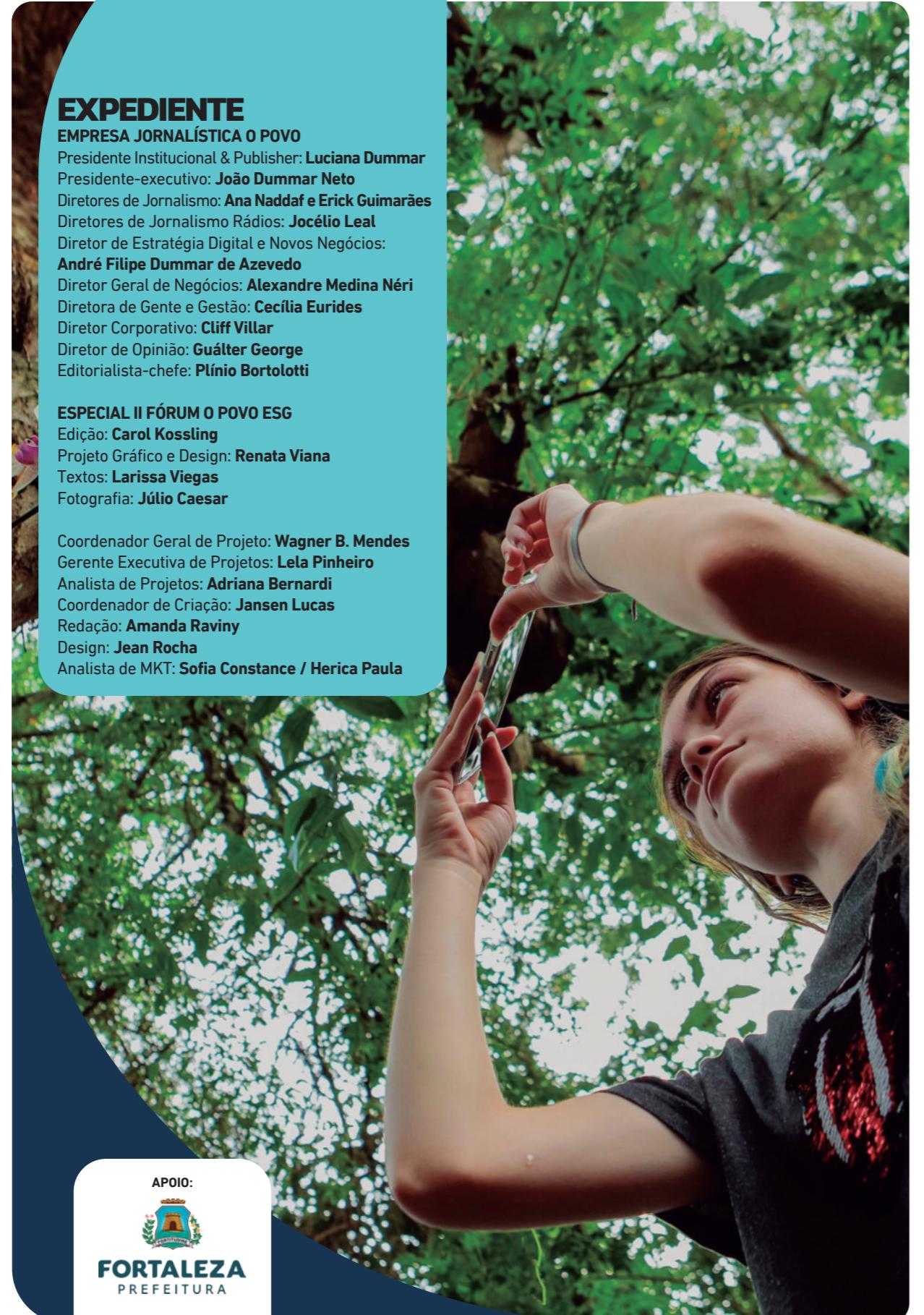
Presidente Institucional & Publisher: Luciana Dummar
Presidente-executivo: João Dummar Neto
Diretores de Jornalismo: Ana Naddaf e Erick Guimarães
Diretores de Jornalismo Rádios: Jocélio Leal
Diretor de Estratégia Digital e Novos Negócios: André Filipe Dummar de Azevedo
Diretor Geral de Negócios: Alexandre Medina Néri
Diretora de Gente e Gestão: Cecília Eurides
Diretor Corporativo: Cliff Villar
Diretor de Opinião: Guálter George
Editorialista-chefe: Plínio Bortolotti

ESPECIAL II FÓRUM O POVO ESG

Edição: Carol Kossling
Projeto Gráfico e Design: Renata Viana
Textos: Larissa Viegas
Fotografia: Júlio Caesar

Coordenador Geral de Projeto: Wagner B. Mendes
Gerente Executiva de Projetos: Lela Pinheiro
Analista de Projetos: Adriana Bernardi
Coordenador de Criação: Jansen Lucas
Redação: Amanda Raviny
Design: Jean Rocha
Analista de MKT: Sofia Constance / Herica Paula

FCO FONTENELE

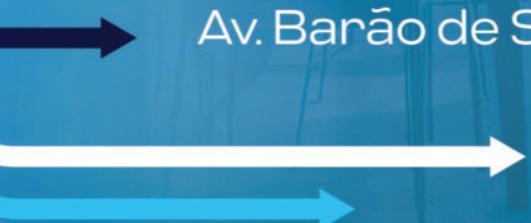


II FÓRUM ESG OPIVO

Sustentabilidade em pauta:
COP 30 e o protagonismo do
Brasil na agenda ambiental

FIEC Auditório Waldyr Diogo

Av. Barão de Studart, 1980 - Aldeota - Fortaleza/Ce



Acesse o site e saiba mais:

<https://especial.opovo.com.br/forumesg/>

REALIZAÇÃO:

OPIVO

APOIO:

FORTALEZA
PREFEITURA
SESI/SENAI/IEL

Sistema
FIEC
SESI/SENAI/IEL



MEIO AMBIENTE

INICIATIVAS PARA MUDAR O MUNDO

Entre os dias 10 e 21 de novembro, o mundo estará com olhos, ouvidos e mentes voltados para o Brasil, mais precisamente para Belém, no Pará. É na cidade-sede da 30ª Conferência das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (Conferência das Partes) que os países participantes serão provocados e instigados a superar desafios, oferecer oportunidades e compartilhar soluções.

Do ponto de vista do setor produtivo industrial, Alex Dias Carvalho, presidente da Federação das Indústrias do Estado do Pará (Fiepa), espera que as decisões tomadas na COP30, tanto em nível nacional, quanto global, considerem as necessidades da Amazônia brasileira.

A região, segundo ele, "precisa de investimentos e atenção em áreas prioritárias para que seja possível planejar o futuro e encontrar soluções tangíveis para os desafios regionais, pautadas na descarbonização e na sociobioeconomia".

Desde o anúncio da Conferência no Brasil, a indústria do Pará, que atua e produz na Amazônia, criou a Jornada COP+, uma iniciativa que conta com a colaboração de universidades, centros de pesquisa, organizações da sociedade civil, poder público e de iniciativa privada para desenvolver uma

nova mentalidade industrial, comprometida com soluções concretas para os desafios da região.

Diferentes frentes do Ceará também já relatam grandes expectativas, principalmente em relação à transição energética, conforme explica Joaquim Rolim, gerente de desenvolvimento sustentável da Federação das Indústrias do Estado do Ceará (Fiec). Para ele, a definição de ações permitirão um avanço mais rápido em direção a um planeta mais sustentável e com regras mais claras para o aprimoramento e aprofundamento deste processo.

E afirma que "para o Ceará e para o Nordeste, onde o bioma Caatinga se destaca por sua resiliência, da COP30

serão bem-vindas iniciativas que promovam o desenvolvimento".

Ainda sobre o setor industrial cearense, Rolim aposta em um impacto positivo, tendo em vista atributos, como o enorme potencial em energias renováveis, além dos portos do Estado e da Zona de Processamento de Exportação (ZPE). "Com grande ampliação das oportunidades e maior desenvolvimento sócio-econômico que se refletirão nas atividades industriais", completa.

Para algumas indústrias, a Convenção é vista como uma oportunidade estratégica de apresentar e destacar o compromisso com a sustentabilidade e engajar outras empresas, além de proporcionar

"PARA O CEARÁ E PARA O NORDESTE, ONDE O BIOMA CAATINGA SE DESTACA POR SUA RESILIÊNCIA, DA COP30 SERÃO BEM-VINDAS INICIATIVAS QUE PROMOVAM O DESENVOLVIMENTO".

JOAQUIM ROLIM

Gerente de desenvolvimento sustentável da Federação das Indústrias do Estado do Ceará (Fiec).



Cerbras definiu meta de compensação de emissão de GEE por meio do plantio de mudas em viveiro próprio

uma visibilidade internacional. É o caso da Cerbras Cerâmicas do Brasil.

Pelo terceiro ano consecutivo, essa indústria cearense realizou o inventário das Emissões de Gases de Efeito Estufa (GEE), "intensificando a identificação de suas origens e aprimorando as estratégias de redução, compensação e neutralização dessas emissões", conforme explica Lenilda.

Segundo Lenilda Rodrigues de Oliveira, coordenadora de controle de qualidade, a COP30 ajudará a colocar as ações ESG já realizadas pela empresa em evidência. Ao mesmo tempo que representa oportunidades para avançar em temáticas como ações de baixa pegada de carbono, especialmente por meio da exploração de créditos.

A COP30 também impulsiona temas como a expansão dos mercados de carbono, a economia circular e a transição energética. A Cerbras está focada em diminuir, compensar

e potencializar ações voltadas à redução de GEE. Dentro da nossa Estratégia ESG 2030, assumimos o compromisso de reduzir em 15% as emissões até 2030, além de definir uma meta de compensação por meio do plantio de mudas em viveiro próprio", conclui.

A pauta de meio ambiente está ainda no radar de órgãos públicos de Fortaleza, a exemplo da Secretaria Municipal de Urbanismo e Meio Ambiente, a Seuma. A equipe técnica e institucional estarão na capital paraense com o objetivo de fortalecer redes de cooperação, buscar parcerias e ampliar o protagonismo de Fortaleza nas agendas de sustentabilidade e resiliência urbana.

"Estar em Belém, junto a outras cidades brasileiras e representantes internacionais, é uma forma de reforçar nosso compromisso com a agenda climática e de contribuir com a experiência de Fortaleza para o debate global", afirma o secretário João Vicente Leitão.

A expectativa da pasta é participar de debates relacionados à adaptação urbana, mudanças climáticas, transição energética justa, justiça socioambiental e ao financiamento climático para cidades em desenvolvimento recebam a devida atenção e se destaque.

A Seuma apresentará na COP30 políticas públicas ambientais e urbanas, como o Plano de Ação Climática, os projetos de infraestrutura verde, a ampliação da mobilidade urbana sustentável e as ações de inclusão socioambiental em áreas vulneráveis. "Buscamos levar propostas que estimulem parcerias e investimentos voltados para cidades médias e grandes que enfrentam desafios climáticos semelhantes", declara Leitão.

LINHA DO TEMPO DA CONFERÊNCIA DAS PARTES

1992

DURANTE A CÚPULA DA TERRA, que ficou mais conhecida como RIO-92 ou ECO-92 e aconteceu no Rio de Janeiro, representantes de 179 países iniciaram a consolidação de uma agenda de desenvolvimento sustentável, criando a Convenção Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima, nome formal da COP, que entrou em vigor em 1994.

1995

COP1: A PRIMEIRA CONFERÊNCIA DA CONVENÇÃO Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima, ou apenas 'Conferência das Partes (COP)', aconteceu em 1995, em Berlim, na Alemanha.

1997

COP3: EM KYOTO, NO JAPÃO, os países idealizam o "Protocolo de Kyoto", que visa a redução da emissão de Gases do Efeito Estufa (GEE) em países desenvolvidos.

2005

COP11: A COP DE MONTREAL, no Canadá, foi a primeira reunião depois que o Protocolo de Kyoto entrou em vigor, com discussões mais ambiciosas sobre a redução de emissões de carbono e a inclusão do desmatamento e uso da terra nos debates.

2007

COP13: EM BALI, NA INDONÉSIA, com o avanço nas discussões e a saída dos Estados Unidos do Protocolo de Kyoto, as partes envolvidas começam a desenhar o próximo acordo visando a redução de emissões até 2050.

2009

COP15: NA CIDADE DE COPENHAGUE, NA DINAMARCA, as negociações não chegaram a um consenso para a elaboração de um tratado para substituir o Protocolo de Kyoto, não estabelecendo metas para 2050.

2010

COP16: EM CANCÚN, NO MÉXICO, múltiplos avanços são feitos, entre eles a criação do "Fundo Verde do Clima", com financiamento de países desenvolvidos para o combate à mudança climática e do Quadro de Adaptação de Cancún (CAF) que visa a adaptação climática.

2013

COP19: EM VARSÓVIA, NA POLÔNIA, as discussões chegaram à criação do "Mecanismo de Internacional de Varsóvia para Perdas e Danos", que pretendia dar suporte a países acometidos por desastres climáticos. As bases do Acordo de Paris também começam a ser desenhadas.

2015

COP21: EM PARIS, NA FRANÇA, os 195 países participantes chegaram a um consenso histórico, levando à criação do Acordo de Paris, uma série de diretrizes para que o aumento da temperatura global não passasse de 2°C. Um pouco antes do início da Conferência, vários países apresentaram suas primeiras Contribuição Nacionalmente Determinada (NDC).

2021

COP26: DURANTE A 26ª CONFERÊNCIA DAS PARTES, EM GLASGOW, NA ESCÓCIA, o "Pacto de Glasgow" cria propostas e direcionamentos para o avanço das NDCs dos países.

2023

COP28: EM DUBAI, NOS EMIRADOS ÁRABES UNIDOS, a COP28 operacionalizou o "Fundo de Perdas e Danos", e verbalizou a necessidade de uma mudança para uma matriz energética sem combustíveis fósseis, além de ser palco do primeiro Balanço Global (GST).

2024

COP29: CHAMADA DE "COP DO FINANCIAMENTO" ACONTECEU EM BAKU, AZERBAIJÃO, com as negociações chegando a um valor de US\$300 bilhões por ano para o financiamento climático, resultado aquém do valor esperado de US\$1.3 trilhões.

AURÉLIO ALVES

GOVERNANÇA

SELO ESG-FIEC: CERTIFICAÇÃO QUE BENEFICIA EMPRESA E SOCIEDADE



A Intraplast foi a primeira indústria de transformação plástica no Brasil a receber a certificação, auditada pelo Bureau Veritas

SAIBA MAIS

As empresas podem fazer uma autoavaliação gratuita para verificar se estão aptas a participar do Programa ESG-Fiec pelo site da Federação www1.sfiec.org.br/esg

Há pouco mais de três anos, a cultura da sustentabilidade está sendo disseminada, oficialmente, pela Federação das Indústrias do Estado do Ceará (Fiec), com realização do Núcleo ESG-FIEC. E como forma de reconhecer as boas práticas já adotadas no setor industrial, a Federação desenvolveu o Programa de Certificação ESG-FIEC.

A proposta, desde sua criação, é permitir que as indústrias cearenses tenham acesso às boas e responsáveis práticas adotadas em todo mundo, consolidando-se em quesitos de inovação e de competitividade. "Nós somos a primeira Federação do Brasil a ter uma certificação de práticas sustentáveis do setor industrial. Ela é emitida por um organismo certificador, o Bureau Veritas do Brasil, e passa por um processo de auditoria, com peso internacional", explica Alcileia Farias, coordenadora do Núcleo ESG da Fiec.

O recebimento da certificação representa que a indústria é comprometida com o desenvolvimento sustentável nas relações ecológicas, econômicas e sociais. As práticas avaliadas são as ligadas aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Organização das Nações Unidas (ONU).

Desde a criação, o núcleo já certificou 26 empresas, sendo nove delas com pontuação máxima, ou Triple A (três vezes A). Atualmente, 68 empresas estão em processo de certificação. O núcleo atende empresas de diversos portes e setores no Estado e seu modelo de sucesso tornou-se uma referência para outras federações, em colaboração com a Confederação Nacional da Indústria (CNI), que recebem mentorias da Fiec para implementação do modelo. "Isso é uma honra muito grande para o Ceará", completa a coordenadora.

Em paralelo, ela recebe das empresas relatos de mudanças, o que torna a certificação um diferencial competitivo. Dentre as empresas que já receberam o Selo ESG-Fiec está a Intraplast, primeira indústria de transformação plástica do Brasil a ter tal reconhecimento, em 2023. Segundo o presidente da Intraplast, Beto Chaves, o compromisso com a sustentabilidade não acontece apenas através de inovações como painéis solares para autossuficiência energética.

A empresa ainda produz plásticos 100% reciclados de grau alimentício (PET PCR) e investe continuamente no desenvolvimento e bem-estar dos colaboradores por meio de treinamentos abrangentes. Para o presidente, foram esses treinamentos e cuidados com segurança e bem-estar das equipes, praticados há anos, que criaram uma base sólida para a certificação e outros reconhecimentos nacionais e internacionais.

"É importante a gente conseguir comprovar e demonstrar, porque infelizmente o plástico sempre foi um vilão. Quero mostrar que o plástico é uma solução para nossos mercados", declara. Para ele, o pensamento ESG é algo que precisa ser trabalhado em todos os mercados, de mãos dadas e para todos.

ROMULO CÉSAR/DIVULGAÇÃO

SOCIAL

RECICLOCIDADES: DA INDEPENDÊNCIA FINANCEIRA ÀS AMIZADES E AO EMPREendedorismo

Inclusão social, geração de renda e sustentabilidade. Esses são os pilares do programa de responsabilidade socioambiental, Reciclocidades, promovido pela Companhia de Água e Esgoto do Estado do Ceará (Cagece), que desde 2009 qualifica, capacita e gera renda às mulheres em situação de vulnerabilidade.

Em paralelo, o programa tem proporcionado outros benefícios, como a autonomia financeira e o resgate da autoestima, além de fomentar o empreendedorismo. Afinal, as peças produzidas a partir de resíduos viram um negócio e o meio ambiente agradece.

Presente atualmente em 10 bairros de Fortaleza, o Reciclocidades atua em diversas frentes que vão de oficinas pontuais de reciclagem a feiras de negócios, passando por grupos produtivos e eventos socioeducativos.

No fim de 2024, em comemoração aos 15 anos do programa, as mulheres assistidas aceitaram um novo desafio: desenvolver uma coleção de moda. A partir de resíduos doados por empresas da indústria têxtil e de peças de coleções antigas do estilista cearense Kallil Nepomuceno, 30 figurinos de alta-costura ganharam vida e foram apresentados em um desfile no Complexo Cultural Estação das Artes.

Tudo começou com oficinas ministradas pelo estilista. Assim, parte das peças e acessórios, além de algumas etapas de confecção dos looks, contaram com a produção das mulheres dos Grupos Produtivos, acompanhados pelo Reciclocidades, dando origem à "Coleção Mosaico".

A iniciativa ainda contou com o apoio do designer Érico Gondim, no



Resíduos têxteis e roupas foram reciclados e transformados em 30 novos looks na coleção Mosaico, do estilista Kallil Nepomuceno

PROJETO
EM NÚMEROS
DE 2009 A MAIO DE 2025:

2.459
AÇÕES REALIZADAS

47.397
PESSOAS SENSIBILIZADAS

R\$ 286 MIL
EM VENDAS MEDIADAS

5,8
TONELADAS DE RESÍDUOS RECICLADOS

ENTREVISTA

LUCAS RAMALHO: O DESAFIO DE APROXIMAR AS AGENDAS DE IMPACTO E ESG

CAROL KOSSLING
ESPECIAL PARA O POVO

À frente da Diretoria de Novas Economias do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC), Lucas Ramalho atua no cruzamento entre política industrial, desenvolvimento econômico, inclusão social, sustentabilidade e inovação. Em entrevista ao O POVO, ele fala sobre como a agenda de economia de impacto vem sendo incorporada às estratégias do governo federal, sua conexão com o ESG, o papel das cadeias produtivas e a expectativa para a participação do Brasil na COP30.

O POVO - Como o Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC) comprehende o conceito de economia de impacto?

Lucas Ramalho - Como um modelo que une resultado financeiro com geração de impacto social e ambiental positivo. São negócios

criados com o propósito de resolver desafios sociais ou ambientais, mas que também buscam sustentabilidade econômica. Essa visão está alinhada à Estratégia Nacional de Economia de Impacto (Enimpacto), instituída por decreto federal em 2023. O objetivo é fomentar soluções que promovam inclusão social, regeneração ambiental e desenvolvimento sustentável, contribuindo para um sistema econômico mais inclusivo, justo e resiliente.

O POVO - De que maneira a agenda de impacto tem sido articulada com outras políticas públicas?

Lucas Ramalho - A economia de impacto é um dos instrumentos para implementar a Missão 5 da Nova Indústria Brasil, que trata de bioeconomia, descarbonização e segurança energética. O Comitê de Economia de Impacto, com representantes de 25 órgãos governamentais e 25 entidades da sociedade civil, tem sido o espaço para articular a agenda com outras políticas



O diretor do MDIC, Lucas Ramalho, vê a COP30 como oportunidade para atrair investidores e mostrar o papel dos negócios de impacto no cumprimento das metas climáticas brasileiras

GABRIEL LEMES/DIVULGAÇÃO

"A COP30 É UMA OPORTUNIDADE HISTÓRICA PARA O BRASIL MOSTRAR AO MUNDO O POTENCIAL DA ECONOMIA DE IMPACTO".

públicas federais. Um exemplo concreto foi a atuação conjunta no 1º Leilão do Eco Invest Brasil, dentro do Plano de Transformação Ecológica, com participaçãoativa de bancos públicos como Caixa, Banco do Brasil e BNDES.

O POVO - E qual a relação com o ESG?

Lucas - Os negócios de impacto nascem com a missão de resolver problemas sociais e ambientais, gerando externalidades positivas. Já as práticas ESG são adotadas por empresas que, mesmo não tendo esse propósito original, buscam mitigar seus impactos negativos. O desafio agora é aproximar essas duas agendas. O MDIC trabalha para conectar negócios de impacto às cadeias produtivas de grandes empresas, criando soluções que ajudem a reduzir suas externalidades negativas.

O POVO - Como o MDIC enxerga a importância dos negócios de impacto no contexto da COP30?

Lucas - A COP30 é uma oportunidade histórica para o Brasil mostrar ao mundo o potencial da economia de impacto. Desde 2024, por meio da Enimpacto, estamos articulando ações para apresentar, durante a conferência, soluções inovadoras que unem impacto socioambiental e retorno financeiro. Vamos utilizar a COP30 como vitrine para atrair investidores nacionais e internacionais, divulgar os resultados da

Enimpacto e mostrar o papel dos negócios de impacto no cumprimento das metas climáticas brasileiras. O país já conta com um universo em expansão: estima-se que teremos cerca de 7,8 mil negócios de impacto até o final da década. Muitos deles com soluções diretamente relacionadas à agenda climática, contribuindo para o alcance das Contribuições Nacionalmente Determinadas (NDCs) e dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).

O POVO - De que forma o Simpacto e o Cadimpacto podem contribuir para aproximar a agenda de impacto da lógica ESG adotada pelo setor empresarial?

Lucas - Ambos os instrumentos são pontes entre os negócios de impacto e o mundo corporativo que adota práticas ESG. Ao fortalecer os ecossistemas locais, o Simpacto cria um ambiente mais favorável para que grandes empresas se conectem com empreendedores de impacto. O Cadimpacto, por sua vez, oferece uma base de dados que permite ao setor privado identificar soluções socioambientais alinhadas às suas metas ESG. Com esses dois instrumentos, o MDIC busca estimular parcerias, investimentos e conexões estratégicas entre os negócios de impacto e as grandes corporações que querem avançar em suas práticas de sustentabilidade e responsabilidade social.

LUCAS RAMALHO

Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental há 14 anos, com seis anos de experiência na Secretaria da Indústria, Comércio e Serviços. Coordenou a Estratégia Nacional de Investimentos e Negócios de Impacto - Enimpacto, uma articulação entre governo, sociedade civil e iniciativa privada. Atuou no Programa Inovativa Brasil. É mentor do BNDES Garagem e faz parte do programa de lideranças em mudanças climáticas do Climate Reality Project conduzido pelo ex-vice presidente dos EUA, Al Gore.

AURÉLIO ALVES

**JUSTIÇA CLIMÁTICA**

DO LOCAL AO GLOBAL: A LUTA POR DIGNIDADE EM TEMPOS DE CRISE CLIMÁTICA

Povos indígenas e outras comunidades tradicionais, como os quilombolas, por exemplo, estão entre os mais impactados, tendo em vista que o modo de vida e cultura de cada um tem relação direta com o ambiente em que vivem - a natureza. Com as mudanças climáticas, populações que vivem da agricultura familiar, da pesca e do extrativismo têm atividades comprometidas

e segurança alimentar afetadas. Isso sem citar as mudanças em aspectos culturais e espirituais. Já a população negra, representada entre os mais pobres, vive, em grande maioria, em áreas de risco e exposta às consequências de catástrofes relacionadas a eventos extremos, a exemplo de secas e enchentes. Para se adaptar às mudanças climáticas essas populações dependem

Olhar com respeito e aprender com as comunidades tradicionais estão entre as soluções para enfrentar as crises climáticas

INSTITUTO AÇO CEARENSE

**R\$ 4
MILHÕES**
INVESTIDOS EM AÇÕES,
PROJETOS E CAMPANHAS

73
INSTITUIÇÕES
BENEFICIADAS

200 MIL
PESSOAS IMPACTADAS

*FONTE: INSTITUTO
AÇO CEARENSE 2024

Para Juliana Alves, cacica do povo Jenipapo-Kanindé, em Aquiraz, e secretária dos Povos Indígenas do Estado do Ceará, o primeiro passo é a demarcação física de territórios indígenas. No final de 2023, a Secretaria, juntamente com o Instituto de Desenvolvimento Agrário (Idace) e a Fundação Nacional dos Povos Indígenas (Funai), firmou um acordo de cooperação que, até o momento, resultou na demarcação física de três territórios indígenas: do povo Jenipapo-Kanindé, a do povo Pitaguary, que vive entre Maracanaú e Pacatuba, e a do povo Tremembé de Queimadas. A do povo Tapeba, em Caucaia, está em fase final de conclusão.

"Acredito que essa é a forma mais eficiente de proteger o meio ambiente, preservar os ecossistemas e garantir um futuro sustentável — não só para o Ceará, mas para o Brasil e o mundo", afirma a secretária. A atitude, explica, está relacionada à presença de terra indígena demarcada e "floresta em pé", biodiversidade protegida e água limpa correndo. Território indígena é sinônimo de preservação. Combater as mudanças climáticas implicam na demarcação de terras, na proteção da vida e na valorização dos saberem ancestrais.

A explicação é dada por Danilo Moura, especialista em Clima e Meio Ambiente do Unicef no Brasil. Para ele, a COP30 exerce um papel que vai além do global, gerando um efeito catalisador para o País e acelerando medidas que promovam a mitigação das emissões e a adaptação às mudanças.

"O Unicef, em particular, espera que seja uma COP em que a justiça intergeracional e as vulnerabilidades específicas de crianças e adolescentes estejam na mente dos negociadores e tomadores de decisão", explica. Debates em prol das necessidades das populações já citadas devem ser priorizados, assim como precisam ser incluídas em planos de investimento e financiamento, além de reconhecidas pela capacidade e conhecimento, capazes de desenvolver soluções.

participar de eventos Pré-COP, há uma lista de projetos sobre mudanças climáticas, inclusão, transição energética justa, adaptação, redução de riscos e gestão de resíduos sólidos.

"Queremos inspirar e ser inspirados por meio do intercâmbio com cidades e trocas importantes, levando projetos inovadores e estratégicos para deixar nossas cidades mais adaptadas, saudáveis, inclusivas e resilientes", descreve o presidente.

Empresas como o Grupo Aço Cearense já buscam atitudes que diminuem o impacto socioambiental das mudanças climáticas e fortalecem a economia circular. Reciclagem de aço; utilização de eucalipto cultivado de forma sustentável como biorreduzor na produção de aço; aplicação de metodologias eficazes de gestão de resíduos; e o uso de sistemas de captação, tratamento e recirculação da água estão entre as ações.

Em paralelo, por meio do Instituto Aço Cearense, são promovidas iniciativas voltadas à erradicação da pobreza, à promoção dos direitos humanos nas áreas da saúde, à cultura de paz, à construção de cidades sustentáveis, ao incentivo ao trabalho decente e à conscientização sobre educação ambiental.

"Nosso objetivo é seguir fomentando ações educativas com foco nas mudanças climáticas, não apenas junto às comunidades atendidas pelas mais de 40 ONGs beneficiadas pelo Instituto, mas também inspirando outras empresas do setor privado a reconhecerem e assumirem sua responsabilidade social e ambiental", descreve Luciana Rabelo, coordenadora de projetos sociais do Instituto Aço Cearense.

Desde a sua fundação, já foram investidos mais de R\$35 milhões em 355 instituições, totalizando mais de 755 mil pessoas beneficiadas nos estados onde estão as empresas do Grupo: Ceará, Pará e Tocantins. "Sabemos que construir um futuro mais sustentável exige compromisso coletivo e estamos determinados a fazer a nossa parte", conclui.

AMBIENTAL



FOTOS JULIO CAESAR

INSTITUTO LIXO ZERO: QUANDO O FIM REPRESENTA OS MEIOS

Há 15 anos, o Instituto Lixo Zero representa a Zero Waste International Alliance no Brasil. A Aliança, composta por países que fomentam o desenvolvimento desse conceito em diversas agências institucionais e sociais, segue uma proposta que vai muito além da sugerida pelo nome.

"É uma meta ética, eficiente e visionária de guiar indivíduos e instituições a conduzir, destinar seus resíduos de forma mais responsável, tendo a intenção de reaproveitá-los, repará-los, recuperá-los, reciclá-los, compostá-los e evitar a destinação a lixões sanitários", descreve Rebeca Vermon, representante do Instituto Lixo Zero no Ceará.

Na prática, explica Rebeca, ser lixo zero significa aproveitar pelo menos 90% de todos os resíduos gerados por nós. O que parece uma utopia, ela garante que pode ser real. O primeiro passo começa em casa, com a educação ambiental atrelada ao consumo. As escolhas por itens que gerem resíduos que possam ser reaproveitados, reciclados, reparados e compostados. No mundo, alguns países já

cumprem essa meta e, no Brasil, cidades como Florianópolis e Lajes, ambas em Santa Catarina, contam com leis que visam atingir determinada meta em um período estabelecido. No Ceará, Tauá possui um masterplan de Cidade Lixo Zero, desenvolvido com Rodrigo Sabatini, presidente do Instituto Lixo Zero Brasil. Outras cidades, como Fortaleza, Juazeiro do Norte, Sobral e Quixeramobim também contam com coletivos ativos que impulsionam a iniciativa.

A operação do Instituto no Brasil conta com mais de 3 mil voluntários, presentes em diferentes municípios, com o objetivo de disseminar o conceito e a agenda anual de "Lixo Zero" (quadro). A disseminação ocorre por meio dos embaixadores do Instituto, que passam por um processo de formação aprofundado na temática de gestão de resíduos. O objetivo principal desses embaixadores é articular e fomentar a implementação de práticas sustentáveis, ações autônomas e políticas Lixo Zero em parceria com os setores público, privado e a sociedade civil, visando um futuro mais sustentável.

Dentre as outras pautas abordadas pelo Instituto estão ainda a redução de desperdício de recursos. O Brasil perde, anualmente, segundo Rebeca, R\$ 8 bilhões, que poderiam ser investidos em aproveitamento, desenvolvimento, educação, infraestrutura e saneamento básico. "São mais de um milhão e meio de pessoas sobrevivendo através da recuperação de resíduos no Brasil. Então, a nossa narrativa também é muito sobre a promoção da dignidade, o respeito, o reconhecimento e a valorização dos serviços ambientais prestados por esses catadores", completa.

35%
DOS RESÍDUOS
são passíveis de
reciclagem

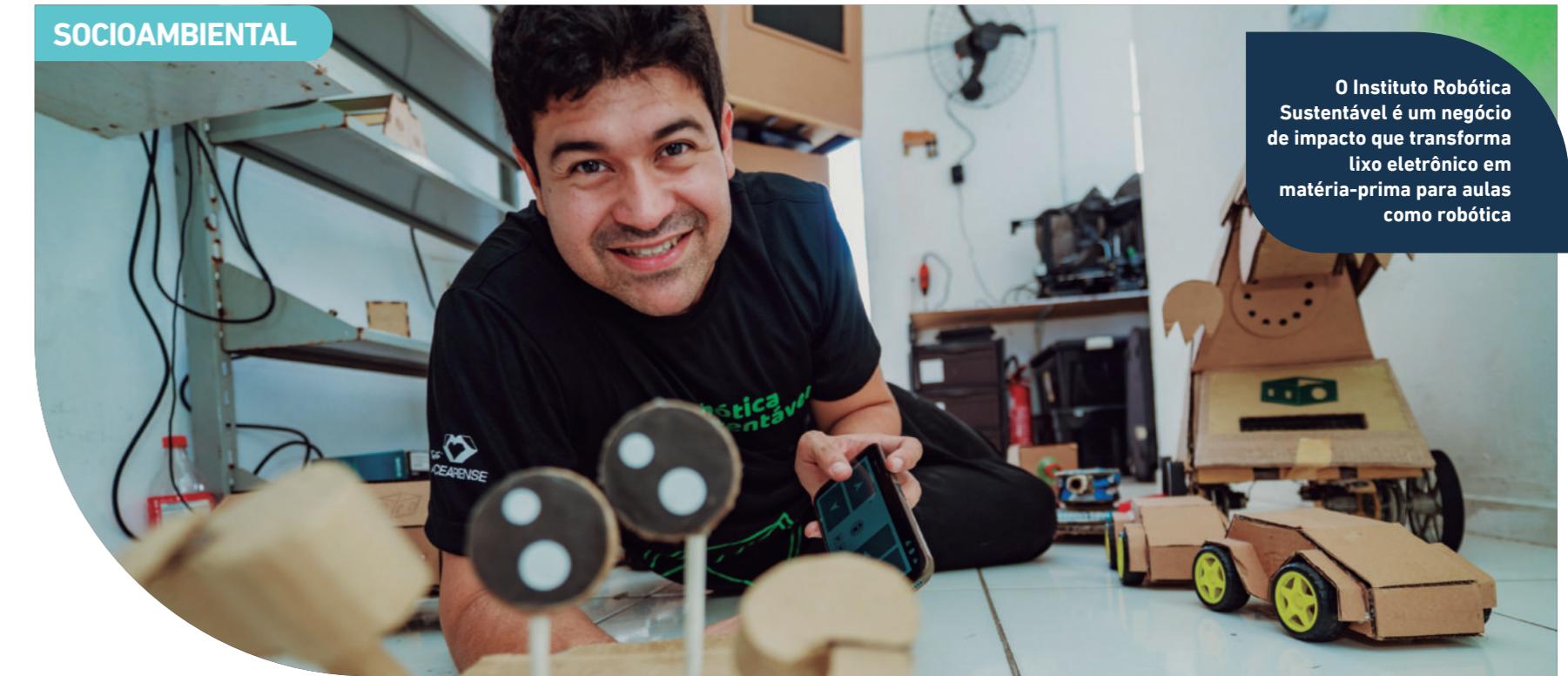
52%
DOS RESÍDUOS
podem se
transformar em
adubo com a
compostagem

Segundo a embaixadora, não é clichê dizer que a educação é o meio mais eficiente de implementar o Lixo Zero. "Uma vez que a gente desperta a sociedade e as instituições, elas acabam ficando mais maduras para a avaliação dos destinos dos resíduos e conseguem ter mais clareza de como implementam soluções". Com uma metodologia própria voltada para o desenvolvimento de escolas, o Instituto irá realizar, pelo segundo ano em Manaus, o Congresso Nacional Escolas Lixo Zero. A instituição também marcará presença na COP30, aproveitando a concentração de líderes e influenciadores para promover a implementação do conceito Lixo Zero no Brasil.

Ainda sobre o evento, Rebeca frisa a importância e a relação da atuação do Instituto com a redução da crise climática, especialmente em regiões como o Norte e Nordeste do Brasil, onde as emissões de gases de efeito estufa provenientes do lixo são comparáveis às geradas pela queima de combustíveis fósseis no transporte, evidenciando a urgência da questão.

O Instituto trabalha em parceria com associações de catadores, como a Raio de Sol, em Fortaleza

SOCIOAMBIENTAL



FORTALEZA - CE, 23 DE JUNHO DE 2025

O Instituto Robótica Sustentável é um negócio de impacto que transforma lixo eletrônico em matéria-prima para aulas como robótica

COALIZÃO PELO IMPACTO FORTALEZA: CRIAÇÃO DE VITRINE PARA NEGÓCIOS DE IMPACTO NO CEARÁ

Doze instituições parceiras apoiam negócios de impacto em seis cidades brasileiras, localizadas nas cinco regiões do País. Esse é o trabalho da Coalizão pelo Impacto Nacional, que atua através de formação, conexão e fomento de negócios de impacto socioambiental. A iniciativa, que atua quinquenalmente, foi lançada em 2022 e está presente em Fortaleza, Belém, Brasília, Campinas, Paraná e Porto Alegre.

Carla Esmeraldo, coordenadora da Coalizão pelo Impacto em Fortaleza, explica que, por meio da colaboração, essas instituições formaram um fundo filantrópico e que agem como um catalisador para ecossistemas de apoio a esses negócios. Atualmente, a Coalizão está focada na expansão e consolidação de suas ações, capacitando organizações locais e fortalecendo a rede de suporte para negócios de impacto, culminando em 2025 com a consolidação de sua estratégia.

"Hoje, a Coalizão pelo Impacto já atua com diversas instituições nessas cidades e a gente já consegue perceber quais são

as instituições que estão apoiando negócios de impacto, formando esse ecossistema de apoio", explica. Em 2026, o último ano, ocorre a consolidação da estratégia. Por meio de um conselho, a Coalizão pelo Impacto no âmbito nacional estimulou cada cidade a desenvolver um projeto que se tornasse um legado. Assim, em Fortaleza, nasceu o Impacta Ceará, uma plataforma voltada para o mapeamento de negócios de impacto e o fortalecimento desse ecossistema no Estado.

O trabalho, idealizado por conselheiros de diversas áreas de atuação, contou com três organizações, a Empoderar, a Social Brasil e a Universidade Federal do Ceará, que aplicaram questionários, coletaram dados e fizeram

um levantamento desses negócios. Tudo capitaneado pela Coalizão pelo Impacto, que aportou um recurso semelhante para o projeto.

O Grupo de Comunicação O POVO, por meio do diretor de estratégia digital, André Filipe Dummar, conselheiro da Coalizão, entendeu a necessidade do O POVO de apoiar o Impacta Ceará. O resultado foi o desenvolvimento de uma plataforma com os dados coletados sobre os negócios de impacto e sobre as organizações de apoio, as dinamizadoras. O mapeamento será apresentado em julho e a ferramenta, em setembro de 2025.

"A gente quer que empresas privadas, que tem ali suas áreas de ESG, comecem a contratar esses negócios de impacto na sua cadeia de fornecedores, por exemplo; que o governo veja a quantidade desses negócios, em que quais bairros de Fortaleza eles estão e como o pode construir políticas públicas voltadas para apoiar esses empreendedores sociais", esclarece Carla.

"A plataforma Impacta Ceará representa um marco para o ecossistema de impacto de nosso Estado, por

estabelecer um ponto de encontro entre organizações, empreendedores e instituições comprometidas com a transformação positiva de nossa sociedade. A plataforma fortalece a cultura da colaboração e amplia a visibilidade de iniciativas que estão moldando um Ceará mais justo, sustentável e inovador", completa Filipe.

Dentre os projetos que estão no Impacta Ceará está o Instituto Robótica Sustentável. O objetivo, segundo o fundador André Cardoso, é promover a educação tecnológica por meio da sustentabilidade e da tecnologia.

Além de receber resíduos eletrônicos de empresas, órgãos públicos e pessoas físicas, o programa ainda beneficia crianças e jovens de Fortaleza em bairros como Serrinha, Quintino Cunha e Vila Velha. "Nas oficinas de robótica utilizamos esses resíduos na educação, transformando a percepção dessas pessoas em relação ao descarte e como produtoras de tecnologia", explica.

Somente ano passado, o Robótica sustentável impactou seis mil crianças e jovens e evitou o descarte incorreto de 76 toneladas de lixo eletrônico.

O QUE SÃO NEGÓCIOS DE IMPACTO?

São negócios que buscam o lucro, mas que também geram impacto social e/ou ambiental positivo, transformando positivamente os territórios onde estão.

FONTE: COALIZÃO PELO IMPACTO



A prefeitura de Fortaleza está trabalhando para levar mais saúde até você.

Muitas ações já estão sendo feitas:



Estoques de medicamentos da rede municipal sendo reabastecidos;

Postos de saúde reformados e entregues em diversos bairros;

Novos equipamentos, mais exames e cirurgias no IJF;

Início das obras de ampliação do Hospital N. Sra. da Conceição, no Conjunto Ceará.



E isso é só o começo.

O trabalho continua com mais investimentos para garantir uma saúde cada vez melhor para todos.



FORTALEZA
PREFEITURA | SAÚDE